



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023
(SRP)

A Universidade Federal de Santa Maria, por meio de seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 2.273 de 21 de setembro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do **Tipo Menor Preço, unitário**, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENERGIA ININTERRUPTA, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, TESTE, STARTUP E GARANTIA, FORMADO POR 01 (UM) NOBREAK DE 40KVA, PARA O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, COM ENTREGA NA RUA FLORIANO PEIXOTO, 1184, SALA 06 (ANTIGA REITORIA UFSM)**, especificados no item 2, pelo período de **09 (nove) meses, podendo ser prorrogado até 12 (doze) meses**, a partir da data de homologação da presente licitação, de acordo com o que prescreve a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e em conformidade com o Decreto 10.024/2019 de 20 de setembro de 2019, Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 30 de agosto de 2018, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 e Instrução Normativa Nº 03 de 26 de abril de 2018.

DATA: **17/02/2023**

HORÁRIO: 09:00 horas (horário de Brasília).

LOCAL: www.gov.br/compras

UASG: **153164**

1.1. A presente licitação visa o registro, em ata, dos preços dos itens licitados, nas quantidades expressas na listagem anexa ao presente deste Edital, tendo em vista o que consta do Processo nº **23081.012071/2023-01**.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Esta licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENERGIA ININTERRUPTA, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, TESTE, STARTUP E GARANTIA, FORMADO POR 01 (UM) NOBREAK DE 40KVA, PARA O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, COM ENTREGA NA RUA FLORIANO PEIXOTO, 1184, SALA 06 (ANTIGA REITORIA UFSM)**, constantes no Termo de Referência, em anexo ao presente Edital, que faz parte deste Edital, como se aqui estivesse transcrito.

2.1.1. As quantidades constantes da relação anexa serão fornecidas pela Licitante Vencedora, relativas a cada item, mediante a **emissão de contrato**, de acordo com o disposto neste Edital e condições expressas na proposta, através de fornecimento parcial, de acordo com as necessidades da Unidade Solicitante da UFSM.

2.1.1.1. Será assinado contrato entre a UFSM e a licitante vencedora com a vigência de **40** (quarenta) meses, a partir de sua assinatura.

2.1.2. Os descritivos e as unidades a serem considerados na elaboração de proposta são os que constam no *termo de referência* emitido pela UFSM e devem ser os entregue a cada empenho pela licitante vencedora

2.2. Será permitida a subcontratação, limitada à manutenção específica nos equipamentos nobreaks, mediante aprovação do Contratante, realizada por empresa credenciada pelos fabricantes dos equipamentos ou pelos próprios fabricantes..

2.3. Todas as condições de fornecimento do objeto, garantias, manutenções, obrigações gerais da licitante vencedora, estão descritas no Termo de Referência em anexo ao edital.

2.4. A UFSM poderá aumentar ou suprimir o objeto, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2. A licitante deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, na forma da Lei.

3.3. Como condição de participação da presente licitação, a licitante, NÃO deverá:

A) Possuir em seu quadro societário nenhum Servidor Público Federal, salvo na forma executada no Inciso X do artigo nº 117 da Lei 8.112/90.

B) Possuir em seu quadro, atuando de forma direta ou indireta, nenhum servidor ou dirigente da UFSM, conforme dispõe o Inciso III do artigo 9º da Lei 8.666/93.

3.4 A licitante deverá assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e seus anexos.

b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.5. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, ou declarada inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.



4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e da senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio: www.gov.br/compras.

4.2. O credenciamento da Licitante dependerá de registro atualizado, bem como a sua manutenção, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFSM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão eletrônico.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9. A licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFSM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.10. A PROPOSTA DEVERÁ CONTER:

5.10.1. O Preço **unitário e total** (CIF), por item, para cada item cotado.

5.10.1.1. As propostas analisadas serão as incluídas **exclusivamente** no sítio das compras governamentais. **Propostas impressas não serão consideradas.**

5.10.2. Deverá ser informada no sistema compras governamentais, não sendo aceito outra forma de envio, a descrição resumida do produto, incluindo obrigatoriamente, Marca, Modelo, Fabricante, Fornecedor (mesmo se for igual ao fabricante), Origem (nacional/importado), Autonomia (obrigatório citar para qual carga é a autonomia apresentada). (Não serão aceitas cópias do objeto desta licitação).

5.10.2.1. As propostas apresentadas que não apresentarem o solicitado no subitem 5.10.2, poderão ser desclassificadas.

5.10.3. Especificação clara do objeto de acordo com o Termo de Referência em anexo ao presente Edital.

5.10.4. Nos preços de cada produto deverão estar incluídos, obrigatoriamente, impostos, fretes, taxas e demais incidências.

5.10.5. Na cotação de preços unitários serão aceitos **até 04 (quatro)** dígitos após a vírgula.

5.10.6. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam de acordo com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.10.7. A desclassificação da proposta será fundamentada, registrada e acompanhada em tempo, no sistema eletrônico.

5.10.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela UFSM por parte das licitantes pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da licitante vencedora ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, pelo sistema, o recebimento dos lances e o valor consignado no registro.

6.3.1. Os lances deverão ser ofertados para o valor unitário do item.

6.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.5. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.



6.7. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.8. MODO DE DISPUTA

6.8.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.8.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.3.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão as licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.8.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.5. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

6.9. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos aos atos realizados.

6.10. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez (10) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

6.11. Após o encerramento dos lances, se a proposta de menor valor não for ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

6.11.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

6.11.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 6.11 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.13. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

7. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Após a negociação, caso o menor preço ofertado seja superior ao máximo admitido pela UFSM, o mesmo não será aceito.

7.2. Caso não se realize lance, será verificado a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação, respeitado o estabelecido no subitem 7.1 deste edital.

7.3. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **Menor Preço Unitário**, observados as especificações constantes no Termo de Referência em anexo do presente Pregão.

7.3.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 13 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail compras.tic@ufsm.br.

7.3.1.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o 3º dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, ou seja **14/02/2023**.

7.3.1.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3.1.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.3.1.3. Será emitida uma declaração de vistoria devidamente assinada pelo responsável da UFSM e pela licitante. Esta declaração deverá ser enviada, durante a fase de aceitação, através do anexo do sistema *comprasgovernamentais*.

7.3.1.4. A licitante poderá optar por não realizar a vistoria, devendo neste caso, apresentar um documento declarando a concordância com todas as condições do edital e do objeto licitado. Este documento deverá ser enviado conforme subitem 7.3.1.3.

7.3.2. Para o julgamento e classificação das propostas o pregoeiro poderá convocar as licitantes para o envio do anexo, contendo os **Catálogos do FABRICANTE com especificações técnicas detalhadas que comprove o atendimento do descritivo no termo de referência**. Os licitantes que apresentarem catálogos incompletos poderão ter sua proposta desclassificadas. O prazo máximo para o envio dos mesmos será informado pelo pregoeiro, via chat. Caso a licitante não cumpra o prazo estabelecido pelo pregoeiro, sua proposta poderá ser desclassificada.

7.3.3. A licitante vencedora poderá apresentar, caso julgue necessário, projeto das adequações elétricas e de engenharia civil necessárias para instalação dos equipamentos. Neste caso, o documento deverá ser enviado conforme subitem 7.3.1.3.

7.3.4. Para comprovação da autonomia dos produtos ofertados (citados na proposta conforme subitem 5.10.2 do edital) a licitante deverá apresentar documentação técnica demonstrando os cálculos completos para atender ao solicitado neste edital, devendo ainda atender aos dados técnicos estabelecidos para a bateria. O prazo máximo para o envio do solicitado neste subitem será informado pelo pregoeiro, via chat. Caso a licitante não cumpra o prazo estabelecido pelo pregoeiro, sua proposta poderá ser desclassificada



7.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.11.1. deste edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.11. deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.5. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações deste edital.

7.7. Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação da licitante, conforme disposto no item 8 deste Edital.

7.8. A indicação do lance da vencedora, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão na ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, mediante a consulta online aos seguintes cadastros:

I) SICAF, nos níveis I, II, III, IV e VI;

II) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. O(s) documento(s) elencado(s) abaixo deverá(ao) ser incluído(s) pela licitante em campo próprio do sistema eletrônico, **no momento do envio da proposta**:

I) A licitante deverá comprovar a sua qualificação, mediante a apresentação, em uma única via, de cópia(s) autenticada(s), ou cópia(s) acompanhada(s) do(s) original(is), de ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando o fornecimento de NO-BREAK com capacidade total igual ou superior a 30kva, em um único contrato. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, pelo menos, as seguintes informações: Empresa Contratante, dados do contrato, características técnicas básicas dos equipamentos, o nome da pessoa de contato e telefone. Caso conste informações desatualizadas no(s) atestado(s) a licitante deverá informar os dados atualizados.

II) Apresentar a comprovação de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) da sede da empresa.

III) DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PRÉVIO, emitida pela **Licitante** e devidamente assinada por seu representante legal, declarando que teve conhecimento prévio de todas as informações, peculiaridades e das condições de prestação dos serviços, por meio de estudo e análise do Termo de Referência, das especificações técnicas e dos demais dados pertinentes fornecidos pela UFSM ou obtido in loco, conforme modelo do ANEXO 3 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PRÉVIO E DISPONIBILIDADE DE PEÇAS;

IV) DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PRÉVIO, emitida pelo **fornecedor/fabricante**, garantindo a OFERTA DE PEÇAS SOBRESSALENTE para o equipamento ofertado na licitação, por um período mínimo de 05 (cinco) anos, a partir da emissão da Termo de Recebimento Definitivo, de forma a garantir a disponibilidade de peças de reposição neste interstício, nos termos do modelo do ANEXO 3 - MODELO DE DECLARAÇÃO CONHECIMENTO PRÉVIO E DISPONIBILIDADE DE PEÇAS.

V) DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DE EMPRESA CREDENCIADA / AUTORIZADA PELO FABRICANTE, declaração da Licitante, devidamente assinada por seu representante legal, de que teve conhecimento prévio de que os serviços de instalação de equipamentos no-break, deverão ser realizados exclusivamente por empresa na condição de instaladora credenciada ou autorizada pelo fabricante dos equipamentos e com aptidão comprovada nos termos do Termo de Referência e anexos (conforme modelo do ANEXO 4 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO / STARTUP COM EMPRESA CREDENCIADA / AUTORIZADA PELO FABRICANTE)

8.2. No caso de participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte na presente licitação, estas serão HABILITADAS mesmo que apresentarem alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, sendo que a regularidade da sua situação deverá ser efetuada nos moldes do subitem 8.2.1 deste edital, como condição de adjudicação.

8.2.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.2.2. A prorrogação que se refere o subitem 8.2.1 deste edital deverá ser solicitada pela licitante interessada, cujo prazo para o encaminhamento da solicitação, devidamente formalizada, deverá ser até a data final do primeiro período.

8.2.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.2.1 deste edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação, ou revogação da licitação.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

9.1. O prazo da homologação da presente licitação será no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir da data da adjudicação da presente licitação.

9.2. No momento da homologação o ordenador de despesa convocará os licitantes remanescentes, através do sistema Compras Governamentais exclusivamente, para o registro dos licitantes que aceitarem o objeto da presente licitação com preços iguais aos da licitante adjudicatária, para formação de cadastro reserva, para acionamento nos casos previstos nos artigos 20 e 21 do Dec. 7.892/2013, alterado pelo Decreto 8.250/2014. Na convocação será concedido prazo mínimo de 24 h (vinte e quatro horas) para manifestação dos convocados.

9.3. Após a homologação, o objeto especificado no item 2 deste Edital será deferido à licitante vencedora mediante Nota de Empenho.

10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar, ao pregoeiro, esclarecimentos e/ou impugnar o edital, exclusivamente por meio eletrônico, no seguinte endereço: pregao@ufsm.br.

10.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido de esclarecimentos e/ou impugnação.



10.3. Acolhida a petição contra o Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do sistema e vincularão os participantes e a UFSM, nos casos em que a Administração julgar necessário.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata da realização do Pregão Eletrônico, publicada no sítio: www.gov.br/compras, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições e prazo estipulados no Edital.

12.1.1. O Registro de Preços será formalizado mediante a assinatura do Termo de Registro de Preços, conforme modelo no Anexo 01 deste Edital. O Termo de Registro de Preços deverá ser enviado pelas licitantes vencedoras após a homologação do pregão.

12.1.2. A Licitante vencedora após a homologação do pregão, deverá, imediatamente, enviar o referido Termo de Registro de Preços devidamente preenchido, assinado e datado, através do e-mail: pregao@ufsm.br.

12.2. A existência de preços registrados não assegura ao licitante o direito ao fornecimento do objeto, podendo a Administração, se assim entender, promover nova licitação específica para aquisição dos mesmos, sendo assegurada, entretanto, ao fornecedor com preço registrado o fornecimento em igualdade de condições.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

13.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão de Notas de Empenho, em caso de necessidade de aquisição, obedecido o prazo de entrega previsto na proposta.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada, acusando o recebimento, por parte do responsável pelo órgão solicitante/UFSM e de acordo com as regras de entrega e pagamento especificadas no item 9 do Termo de Referência. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias a partir da data de sua entrega na UFSM, desde que não haja impedimento legal.

14.2. O pagamento será atualizado monetariamente pela variação IPCA-E, ocorrida no período, a partir da data do prazo final do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento.

14.3. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

14.4 A cessão de crédito dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

14.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada/licitante vencedora) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

15. DAS PENALIDADES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e art. 49 do Decreto 10.024/2019, a licitante que:

- 15.1.1. não assinar o termo de contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 15.1.2. não assinar o termo de registro de preços, em anexo a este edital;
- 15.1.3. apresentar documentação falsa;
- 15.1.4. não entregar a documentação exigida no edital;
- 15.1.5. apresentar documentação falsa;
- 15.1.6. causar o atraso na execução do objeto;
- 15.1.7. não mantiver a proposta;
- 15.1.8. falhar na execução do objeto;
- 15.1.9. fraudar a execução do objeto;
- 15.1.10. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.11. declarar informações falsas; e
- 15.1.12. cometer fraude fiscal.

15.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

15.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.4. A licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

15.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;

15.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

15.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessária à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



15.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e a Instrução Normativa da Secretaria Especial de Administração (SA) da Secretaria Geral (SG) da Presidência da República (PR) n. 01, de 23 de novembro de 2020.

15.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação, são as seguintes:

15.12.1. Pelo atraso no fornecimento dos equipamentos: 0,2% (dois décimos por cento) da parcela em atraso, por dia decorrido, até o limite de 9% (nove por cento).

15.12.1.1. A licitante vencedora incorrerá em atraso na entrega do objeto licitado se não fornecer o produto a partir do 1º (primeiro) dia após o prazo estipulado no item 16.5 do Edital.

15.12.2. Pelo atraso no cumprimento do prazo máximo para execução do objeto contratado: 0,3% (três décimos por cento) do valor contratado, por dia decorrido, até o limite de 9% (nove por cento). O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias poderá caracterizar a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério do Contratante.

15.12.3. Pelo atraso no cumprimento de prazos / marcos intermediários dos serviços, na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, ou atraso no atendimento de quaisquer prazos definidos para prestação de garantia / assistência técnica, em relação à parcela em atraso: 0,1% (um décimo por cento) do valor contratado, por dia decorrido, até o limite de 9% (nove por cento).

15.12.4. Pelo atraso na prestação da garantia contratual 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia decorrido, até o limite de 2,0% (dois por cento).

15.12.5. Pela inexecução total ou parcial do objeto: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

15.12.6. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93 ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: até 0,1% (um décimo por cento) do valor contratado, para cada evento, que será dobrada em caso de reincidência.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar este Registro de Preços, nos termos da legislação, sem que caiba aos participantes, direito à reclamação ou indenização.

16.2. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis", o prazo estabelecido no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93.

16.3. Este Edital de Registro de Preços destina-se **exclusivamente para a UFSM**.

16.4. Todas as condições de entrega e pagamento estão descritas no Termo de Referência em anexo ao edital.

16.5. O prazo de *fornecimento total dos produtos*, não poderá exceder 03 (três) meses a contar da assinatura do contrato, considerando fornecimento, instalação e testes dos equipamentos.

16.5.1 Devem ser apresentados à Fiscalização, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência das atividades de instalação, os certificados válidos dos cursos de NR 10 para todos os trabalhadores que estiverem expostos aos riscos elétricos.

16.6. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, após a fase de lances. Se o pregão não for homologado até este prazo, a proposta perderá sua vigência.

16.7. Após a homologação do presente pregão, a licitante vencedora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo de vigência do Registro de Preços, indicada no "caput" deste Edital.

16.8. Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços, de que trata o presente Edital.

16.9. O produto fornecido fora das especificações ficará sujeito à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus para a Universidade.

16.10. As condições e preços acolhidos na proposta aceita serão irreversíveis, na forma determinada pelo Edital.

16.11. A licitante vencedora obriga-se a manter durante o período de vigência do Registro de Preços, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório.

16.12. No caso e não haver expediente no dia marcado para a realização esta licitação, a mesma será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições.

16.13. O resultado desta Licitação estará disponível, após a homologação, no [sítio http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/livre/Resultado/conreli00.asp](http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/livre/Resultado/conreli00.asp) e na página da UFSM, no endereço <http://coral.ufsm.br/demapa/index.php/licitacoes/resultado>.

16.14. Cópias deste Edital estão disponíveis para download nos portais www.comprasgovernamentais.gov.br e www.ufsm.br.

16.15. Em atendimento à Lei nº. 12.846/2013, para a participação neste certame, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste certame, ou de outra forma que não relacionada a este certame, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.



16.16. As dúvidas e inadimplência serão resolvidas no foro da Justiça Federal no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria.

16.17. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, serão solicitados ao pregoeiro, exclusivamente através do endereço eletrônico: pregao@ufsm.br

TERMO DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo _____ presente a _____ Empresa
_____, CNPJ _____/_____-
_____, estabelecida à Rua _____, CEP _____-_____,
em _____ - _____ concorda plenamente com o Edital e os termos da
Ata de Realização do Pregão Eletrônico constante no sítio do gov.br/compras, referente ao Pregão
Eletrônico nº ____/____, Processo nº _____/_____- ____/ UFSM, como se aqui estivesse
transcrito.

Em ____/____/_____.

Assinatura



TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO 014/2023

1. OBJETO

1.1. A contratação tem por objeto Aquisição de sistema de energia ininterrupta, com fornecimento, instalação, teste, startup e garantia, formado por 01 (um) nobreak de 40kva, para o Centro de Processamento de Dados Universidade Federal de Santa Maria, com entrega na Rua Floriano Peixoto, 1184, Sala 06 (antiga reitoria UFSM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade
1	Fornecimento, instalação, teste, startup e garantia de SISTEMA DE ENERGIA ININTERRUPTA (UPS/NO-BREAK), 40kva , COM SEU RESPECTIVO BANCO DE BATERIAS; on-line dupla conversão constituído de um gabinete para UPS com dual input (entrada de rede/retificador e bypass independente). O módulo deve ser constituído por um sistema No-Break completo (Inversor – Retificador – Carregador – by-pass), de forma a eliminar pontos de falha comuns, para o datacenter secundário do CPD, situado em Santa Maria – RS (bairro centro).	Unidade	1

1.2. O objeto da presente contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto n.º 10.024/2019, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

1.3. As respectivas descrições detalhadas do item são as discriminadas no Anexo 1 (ANEXO 1 - DESCRIÇÃO DO NOBREAK 40KVA).

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução o de menor preço unitário.

1.5. Deverá ser utilizado o Sistema de Registro de Preços (SRP), com Ata válida por 9 meses, prorrogável até 12 meses, mediante aceite de ambas as partes.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 3 (três) meses para o fornecimento, instalação e teste dos novos equipamentos previstos nos Anexos 1 e 2, e de mais 36 meses para a garantia prevista no Anexo 1.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Contextualização e Justificativa da Contratação

2.1.1 Atualmente, a UFSM, Campus Sede, possui um ambiente primário, Datacenter localizado no Centro de Processamento de Dados - Campus Sede em Camobi, com os equipamentos institucionais responsáveis pelos principais serviços e sistemas de Tecnologia da Informação disponibilizados a comunidade acadêmica da UFSM, e outro ambiente secundário, em fase de implantação, em sala localizada na Antiga Reitoria - Centro.

2.1.2 O ambiente primário é responsável por equipamentos de DataCenter que mantém os sistemas institucionais em funcionamento, assim como distribuem a rede de internet para o Campus Sede. Quanto ao ambiente secundário, ficarão delegadas as funções da REDECOMEP, Rede MetroSM e backup do site institucional.

2.1.3 Em ambos os locais, se faz necessário a utilização de Nobreaks com banco de baterias, como parte de um sistema de fornecimento de energia elétrica ininterrupta, a fim de salvaguardar os equipamentos de possíveis instabilidades na rede elétrica, o que pode causar o desligamento abrupto dos equipamentos, levando a prejuízos consideráveis, tanto financeiros como nos serviços. No ano de 2022, foi realizada licitação para aquisição de novos nobreaks para estes espaços (<https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/demapa/editais/229-2022>), no entanto, não houve sucesso na contratação do nobreak de 40kva para o espaço da Antiga Reitoria, visto que a maioria dos fornecedores não atingiu o preço máximo, e, os que aceitaram negociar, não atendiam a necessidade por completo.

2.1.4 Levantamento realizado pela equipe técnica mensurou carga planejada de 37,8 KVA para o ambiente secundário.

2.1.5 O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da UFSM em vigência, alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), prevê em seus objetivos a “Modernização e adequação da Infraestrutura de TIC”.

2.1.6 A fim de evitar possíveis sinistros com equipamentos de alto valor devido a falta de proteção nas linhas de energia, de atender as metas e objetivos do PDTI e PDI assim como necessidades energéticas atuais, de evitar paralisações nos serviços devido a manutenção dos equipamentos, se faz necessária a contratação/aquisição de novo Nobreak com banco de baterias e garantia para o CPD/UFSM.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Visando a possibilidade de aquisição durante o ano de 2023, visto o alto custo do equipamento e a incerteza sobre as possibilidades orçamentárias, a solução escolhida para atendimento das da necessidade apresentada no item 2 foi a abertura de Registro de preços, válido por 9 meses, prorrogável por mais 3 meses, com o seguinte item:



3.1.1 Item 1: 1 unidade de nobreak 40kva, com instalação e garantia de 36 meses, conforme descrição apresentada no item ANEXO 1 - DESCRIÇÃO DO NOBREAK 40KVA;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Indispensável que os equipamentos sejam de boa qualidade atendam aos requisitos técnicos mínimos descritos no Anexo 1, visto que estes produtos atendem demanda contínua e crítica de energia elétrica:

4.2 Da entrega e instalação:

4.2.1 Entrega e instalação DO ITEM 1 deverá ser realizada no endereço Rua Floriano Peixoto, 1184, Sala 06 (antiga reitoria UFSM), em andar térreo, mediante agendamento.

4.3 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail compras.tic@ufsm.br.

4.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o 3º dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.4.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.7 A licitante vencedora poderá apresentar, caso julgue necessário, projeto das adequações elétricas e de engenharia civil necessárias para instalação dos equipamentos.

4.8 Deverá ser permitida a subcontratação, limitada à instalação e/ou manutenção específica nos equipamentos nobreaks, mediante aprovação do Contratante.

4.9 Requisitos legais da contratação a serem observados:

4.9.1 **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993** - que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

4.9.2 **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002** - que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

4.9.3 **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990** - Código de Defesa do Consumidor

4.9.4 **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013** - regulamenta o Sistema de Registros de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.9.5 **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019** - que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, âmbito da administração pública federal.

4.9.6 **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021** - dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisições de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.9.7 **Norma regulamentadora Nº 10** - Segurança em instalações e serviços em eletricidade.

4.9.8 **Norma regulamentadora Nº 06** - Equipamento de proteção individual.

4.9.9 **NBR 15014** - Define os termos e definições para sistemas de alimentação ininterrupta que utilizam bateria como fonte de energia armazenada.

4.10 Requisitos de segurança da informação:

4.10.1. Os equipamentos e possíveis serviços envolvidos nesta contratação devem estar de acordo com a Política de Segurança da Informação e Comunicações da UFSM, disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/regulamento-da-politica-de-seguranca-da-informacao-e-comunicacoes-posic-2013/>

5. DEVERES DA CONTRATADA

5.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, em sua proposta e no Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda:

5.2 Apresentar, antes do início dos serviços, as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) referentes à execução do objeto contratual registrada em nome do(s) profissional(is) por ela indicado(s) para assumir tal responsabilidade, sendo imprescindível a comprovação da respectiva capacitação dos profissionais responsáveis pela execução;

5.3 Indicar preposto e respectivos contatos para representá-la durante a execução do Contrato;

5.4 Efetuar a entrega do objeto (equipamentos) em perfeitas condições, conforme especificações, obedecendo às recomendações dos fabricantes, no prazo e no local designados;



5.5 Proceder à instalação e configuração do equipamento, com o treinamento necessário aos funcionários indicados pelo **Contratante**;

5.6 Responder, única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto contratado;

5.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.8 Emitir relatório detalhado e evidências de todos os serviços prestados;

5.9 Prestar garantia do equipamento fornecido, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, além das garantias legais;

5.10 Prestar o serviço de manutenção preventiva e corretiva do equipamento, conforme estipulado no Anexo 1, disponibilizando canal para a chamada, em caso de problemas com o equipamento;

5.11 Durante o prazo de garantia do fornecedor, caso o produto ou equipamento fornecido apresente defeito, vício ou incorreção, responsabilizar-se pelo recolhimento imediato do mesmo para análise e procedimentos de assistência técnica, bem como pela sua devolução, após os devidos reparos, sendo que, neste intervalo, deverá disponibilizar equipamento em pleno funcionamento, para satisfazer as necessidades do Contratante;

5.12 Substituir, dentro do prazo de garantia, as peças quebradas, com defeito ou gastas pelo uso normal, por outras de configurações idênticas ou superiores às originais ou novas, sem que isto implique em acréscimo de preços contratados, obrigando-se a colocar o equipamento em perfeito estado de uso, de acordo com prazo e condições estabelecidas;

5.13 Se ocorrem 3(três) ou mais defeitos que comprometam o uso normal do equipamento ou caso a soma dos tempos de paralisação dos equipamentos (por defeito de hardware) ultrapassar 80(oitenta horas), dentro do período de 30(trinta) dias, em 5 (cinco) dias, deverá ser substituído o equipamento já instalado por um novo e, no fim do prazo de 30(trinta) dias, a substituição do equipamento será definitiva, a critério do Contratante;

5.14 Emitir nota fiscal detalhada com a discriminação do produto fornecido com os respectivos números de série, somente após o recebimento definitivo do mesmo, contendo CNPJ da empresa contratada;

5.15 Manter-se, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. DEVERES DA CONTRATANTE

6.1 Designar fiscais e gestor para o Contrato, com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais;

6.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de funcionário designado;

6.3 Verificar, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido e os serviços prestados provisoriamente com as especificações e condições constantes do Edital, da proposta e do Contrato, para fins de aceitação e recebimento provisório;

6.4 Verificar, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido e os serviços prestados provisoriamente com as especificações e condições constantes do Edital, da proposta e do Contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.5 Efetuar chamada telefônica, a cobrar ou 0800, ou por e-mail, website ou chat da Contratada, no caso de ocorrerem problemas com o equipamento;

6.6 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, conforme explicitado na garantia;

6.7 Fiscalizar a execução dos serviços, por intermédio de colaboradores de sua equipe técnica;

6.8 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos, exigindo a apresentação de Nota Fiscal e o atendimento de providências necessárias ao fiel desempenho das obrigações mencionadas;

6.9 Promover a aplicação de sanções, quando couber, conforme previsto em contrato.

7. DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1 Para garantia da boa execução dos termos deste Contrato e pagamento de eventuais multas, a CONTRATADA cauciona a importância de 1% do valor do contrato.

8. SANÇÕES:

8.1 Pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades serão aplicadas, cumulativamente ou não:

8.1.1 Advertência;

8.1.2 Multa, nos seguintes termos:

8.1.2.1 Pelo atraso no fornecimento dos equipamentos: 0,2% (dois décimos por cento) da parcela em atraso, por dia decorrido, até o limite de 9% (nove por cento).

8.1.2.2 Pelo atraso no cumprimento do prazo máximo para execução do objeto contratado: 0,3% (três décimos por cento) do valor contratado, por dia decorrido, até o limite de 9% (nove por cento). O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias poderá caracterizar a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério do



Contratante.

8.1.2.3 Pelo atraso no cumprimento de prazos / marcos intermediários dos serviços, na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, ou atraso no atendimento de quaisquer prazos definidos para prestação de garantia / assistência técnica, em relação à parcela em atraso: 0,1% (um décimo por cento) do valor contratado, por dia decorrido, até o limite de 9% (nove por cento).

8.1.2.4 Pelo atraso na prestação da garantia contratual 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia decorrido, até o limite de 2,0% (dois por cento).

8.1.2.5 Pela inexecução total ou parcial do objeto: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

8.1.2.6 Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93 ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: até 0,1% (um décimo por cento) do valor contratado, para cada evento, que será dobrada em caso de reincidência.

8.1.2.7 Impedimento de licitar e contratar com a União, e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante que, convocado no prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

9. ENTREGA E PAGAMENTO

9.1 Os equipamentos entregues e serviços executados pela Contratada serão recebidos, em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 e modificações posteriores, da seguinte forma:

9.1.1 PROVISORIAMENTE, pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado informando a efetiva entrega dos itens e conclusão da instalação.

9.1.2 A emissão do termo de recebimento provisório tem como pré-requisito obrigatório a correta execução do objeto contratado, em conformidade com as especificações deste termo de referência. A Contratada deverá apresentar para fins de recebimento provisório os seguintes documentos:

- Relatório completo do start up do sistema.
- Certificados de garantia dos equipamentos, devidamente preenchidos e assinados.

- Manuais em português, em formato digital e/ou impresso.
- Fornecimento de toda a documentação técnica necessária para a instalação, configuração, operação e verificação das propostas.
- Acessórios necessários (Cabos de energia, de comunicação, etc.).

9.1.3 Quaisquer incompatibilidades na execução do objeto contratado deverão ser sanadas por conta e ônus da Contratada, sob pena da não emissão do termo de recebimento provisório, bem como da possibilidade de sofrer aplicação de sanção correspondente à inexecução parcial ou total do contrato;

9.1.4 DEFINITIVAMENTE, pelos FISCAIS e GESTOR do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias contados a partir do recebimento provisório, após o decurso do prazo de observação, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

9.2 Caso não tenham sido atendidas as condições técnicas de fornecimento e instalação dos itens, bem como se houver divergência entre os equipamentos indicados na proposta e os entregues, será lavrado Termo de Recusa, no qual serão apontadas as falhas constatadas e consignado prazo de até 10 (dez) dias corridos para regularização das desconformidades antes verificadas. A Contratada deverá, às suas expensas, recolher e substituir o(s) equipamento(s) rejeitado(s), bem como retificar os serviços não recebidos.

9.3 O prazo para regularização das desconformidades não suspenderá ou interromperá a multa por atraso prevista no instrumento convocatório.

9.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pelas leis pertinentes e pelo instrumento contratual.

9.5 O recebimento do equipamento e sua instalação podem, excepcionalmente, no estrito interesse da Administração e de acordo com a sua conveniência, serem realizados em momentos diferentes, desde que devidamente justificado e autorizado pela Fiscalização.

9.6 O pagamento será encaminhado em parcela única para cada unidade, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 Tipo e modalidade da licitação:

10.1.1 A licitação deverá ser executada na modalidade Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preços, visto serem equipamentos considerados Bens Comuns.

10.1.2 A licitação será composta por 1 ITEM.

10.1.3 O julgamento das propostas se dará pelo menor preço unitário da contratação, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilidade de buscar propostas mais vantajosas para a Instituição.



10.2 Critérios de seleção do fornecedor

10.2.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

10.2.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

10.2.3. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

10.2.3.1 Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) da sede da empresa.

10.2.3.2 Devem ser apresentados à Fiscalização, com no mínimo 2 dias úteis de antecedência das atividades de instalação, os certificados válidos dos cursos de NR 10 para todos os trabalhadores que estiverem expostos aos riscos elétricos.

10.2.3.3 DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PRÉVIO, emitida pela Licitante e devidamente assinada por seu representante legal, declarando que teve conhecimento prévio de todas as informações, peculiaridades e das condições de prestação dos serviços, por meio de estudo e análise deste Termo de Referência, das especificações técnicas e dos demais dados pertinentes fornecidos pela UFSM ou obtido in loco, conforme modelo do ANEXO 2 - ANEXO 2 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PRÉVIO E GARANTIA DISPONIBILIDADE;

10.2.3.4 DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DE EMPRESA CREDENCIADA / AUTORIZADA PELO FABRICANTE, declaração da Licitante, devidamente assinada por seu representante legal, de que teve conhecimento prévio de que os serviços de instalação de equipamentos no-break, deverão ser realizados exclusivamente por empresa na condição de instaladora credenciada ou autorizada pelo fabricante dos equipamentos e com aptidão comprovada nos termos do Termo de Referência e anexos (conforme modelo do ANEXO 3 - ANEXO 3 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS)

10.2.3.5 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL: Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando o Fornecimento e instalação de sistema trifásico de energia ininterrupta (nobreak) com capacidade total igual ou superior a 30kva, em um único contrato (item 1). O atestado deverá conter, pelo menos, as seguintes informações: Empresa Contratante e dados do contrato; Características técnicas básicas dos equipamentos

10.2.3.6 Deverá ser informada no site de compras eletrônicas, descrição resumida do produto, incluindo obrigatoriamente, Marca, Modelo, Fabricante, Fornecedor (mesmo se for igual ao fabricante), Origem (nacional/importado), Autonomia (obrigatório citar para qual carga é a autonomia apresentada). (Não serão aceitas cópias do objeto desta licitação).

10.2.3.7 Para comprovação da autonomia apresentada do banco de baterias, a CONTRATADA deverá apresentar **documentação técnica demonstrando os cálculos completos para atender ao solicitado neste edital, devendo ainda atender aos dados técnicos estabelecidos para a bateria. Deverá ser enviado em conjunto com a proposta comercial.**

10.2.3.8 Serão aceitas ofertas de qualquer componente de especificação diferente da solicitada, desde que comprovadamente IGUALE OU SUPERE, individualmente, a qualidade, o desempenho, a operacionalidade, a ergonomia ou a facilidade no manuseio do originalmente especificado – conforme o caso, e desde que não cause, direta ou indiretamente, incompatibilidade com qualquer das demais especificações, ou desvantagem nestes mesmos atributos dos demais componentes ofertados.

10.2.3.9 O fornecedor/fabricante deverá GARANTIR A OFERTA DE PEÇAS SOBRESSALENTE para o equipamento ofertado na licitação em por período mínimo de 05 anos, a partir da emissão da Termo de Recebimento Definitivo, de forma a garantir a disponibilidade de peças de reposição neste interstício, nos termos do modelo do ANEXO 2 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PRÉVIO E GARANTIA DISPONIBILIDADE

10.2.3.10 Fica ressalvado que a descrição do produto a ser ofertado deverá ser a especificação peculiar da marca do equipamento, não da transcrição fiel das especificações descritas no presente edital, sujeito a desclassificação quando da cópia do edital.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da UFSM deste exercício e do próximo, caso haja disponibilidade, com dotação a ser especificada no momento da aquisição.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CONTRATO nº ____/2023

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), CNPJ nº 95.591.764/0001-05, sediada na Cidade Universitária, em Santa Maria, neste ato representada pelo seu representante legal, , e a empresa, _____, estabelecida na _____ em _____ CEP: _____, CNPJ _____, neste ato representada pelo Sr. _____, representante legal, a seguir denominadas CONTRATANTE e CONTRATADA respectivamente, estabelecem a **AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENERGIA ININTERRUPTA, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, TESTE, STARTUP E GARANTIA, FORMADO POR 01 (UM) NOBREAK DE 40KVA, PARA O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, COM ENTREGA NA RUA FLORIANO PEIXOTO, 1184, SALA 06 (ANTIGA REITORIA UFSM)**, de acordo com o que prescreve a Lei nº 8666 de 21/06/93, alterada por Legislação Posterior, em face do que consta no Processo nº **23081.012071/2023-01**, e da proposta da licitante vencedora do Pregão Eletrônico nº **014/2023** que faz parte integrante deste, em todas as suas vias e anexos, firmam o presente termo para o fim acima e de acordo com o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENERGIA ININTERRUPTA, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, TESTE, STARTUP E GARANTIA, FORMADO POR 01 (UM) NOBREAK DE 40KVA, PARA O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, COM ENTREGA NA RUA FLORIANO PEIXOTO, 1184, SALA 06 (ANTIGA REITORIA UFSM), conforme descrição detalhada em anexo, independente de transcrição.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Será permitida a subcontratação, limitada à manutenção específica nos equipamentos nobreaks, mediante aprovação do Contratante, realizada por empresa credenciada pelos fabricantes dos equipamentos ou pelos próprios fabricantes.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Todas as condições de fornecimento do objeto, garantias, manutenções, obrigações gerais da CONTRATADA, estão descritas no Anexo deste Contrato.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, a qualquer momento, aumentar ou reduzir o fornecimento do objeto deste CONTRATO nos limites da Lei 8.666/93, art. 65, parágrafo 1º.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DOS PREÇOS**

Importa o presente Contrato no valor total anual de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento mensal mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pela unidade solicitante da UFSM e de acordo com as regras de entrega e pagamento especificadas no item 9 do Anexo ao contrato, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega da Nota Fiscal/Fatura na UFSM, desde que não haja impedimento legal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O valor do pagamento será atualizado monetariamente pela variação do IPCA-E, ocorrida no período compreendido entre a data do prazo final do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A cessão de crédito dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

SUBCLÁUSULA QUARTA

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA DO REAJUSTAMENTO

Não haverá reajustamento de preços durante o período de contratação, pois trata-se de entrega de equipamentos e manutenção em garantia.

CLÁUSULA QUINTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para atender as despesas decorrentes do presente CONTRATO emitiu a Nota de Empenho nº 2023NE_____, em anexo ao presente contrato independente de transcrição.

CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará por **40** (quarenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo sua duração se estender por acordo entre as partes e mediante aditamento, até o limite legal.



CLÁUSULA SÉTIMA
DO GESTOR DO CONTRATO

Os gestores do Contrato pela UFSM, conforme determina o artigo 67 da Lei 8.666/93, serão indicados mediante portaria.

CLÁUSULA OITAVA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e art. 49 do Decreto 10.024/2019, a CONTRATADA que:

01. não assinar o contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
02. apresentar documentação falsa;
03. não entregar a documentação exigida no edital;
04. apresentar documentação falsa;
05. causar o atraso na execução do objeto;
06. não manter a proposta;
07. alhar na execução do objeto;
08. fraudar a execução do objeto;
09. comportar-se de modo inidôneo;
10. declarar informações falsas; e
11. cometer fraude fiscal.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

As sanções da subcláusula primeira também se aplicam ao convocado, que não honrar o compromisso assumido injustificadamente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

SUBCLÁUSULA QUARTA

A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nas subcláusulas anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

01. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
02. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
03. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

04. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

05. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessária à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

SUBCLÁUSULA SEXTA

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

SUBCLÁUSULA OITAVA

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

SUBCLÁUSULA NONA

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e a Instrução Normativa da Secretaria Especial de Administração (SA) da Secretaria Geral (SG) da Presidência da República (PR) n. 01, de 23 de novembro de 2020.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

As sanções por atos praticados no decorrer da contratação, são as seguintes:

01. Pelo atraso no fornecimento dos equipamentos: 0,2% (dois décimos por cento) da parcela em atraso, por dia decorrido, até o limite de 9% (nove por cento).

01.a. A CONTRATADA incorrerá em atraso na entrega do objeto licitado se não fornecer o produto a partir do 1º (primeiro) dia após os prazos estipulados na subcláusula primeira da cláusula primeira deste contrato.



02. Pelo atraso no cumprimento do prazo máximo para execução do objeto contratado: 0,3% (três décimos por cento) do valor contratado, por dia decorrido, até o limite de 9% (nove por cento). O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias poderá caracterizar a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério do Contratante.

03. Pelo atraso no cumprimento de prazos / marcos intermediários dos serviços, na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, ou atraso no atendimento de quaisquer prazos definidos para prestação de garantia / assistência técnica, em relação à parcela em atraso: 0,1% (um décimo por cento) do valor contratado, por dia decorrido, até o limite de 9% (nove por cento).

04. Pelo atraso na prestação da garantia contratual 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia decorrido, até o limite de 2,0% (dois por cento).

05. Pela inexecução total ou parcial do objeto: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

06. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93 ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: até 0,1% (um décimo por cento) do valor contratado, para cada evento, que será dobrada em caso de reincidência.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA NONA DA GARANTIA

Para garantia da boa execução dos termos deste Contrato e pagamento de eventuais multas, a CONTRATADA cauciona a importância de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, mediante _____.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Esta garantia será restituída à CONTRATADA, de forma integral ou o que dela restar, após o término do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido de acordo com o que estabelece o Artigo 78, da Lei n. 8666 de 21/06/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

A CONTRATADA reconhece, na hipótese de rescisão administrativa, prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93, os direitos da CONTRATANTE, conforme prevê o art. 55, inciso IX, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência deste CONTRATO, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificações em questão, conforme art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
ANTICORRUPÇÃO LEI Nº. 12.846/2013

Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DO FORO

As partes elegem o foro da Justiça Federal, na cidade de Santa Maria, para dirimir as questões oriundas deste CONTRATO.

E, para constar, lavrou-se o presente TERMO DE CONTRATO, que lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes CONTRATANTES, na presença das testemunhas firmadas, maiores e capazes.



ANEXO AO CONTRATO XXX/2023

1. OBJETO

1.1. A contratação tem por objeto Aquisição de sistema de energia ininterrupta, com fornecimento, instalação, teste, startup e garantia, formado por 01 (um) nobreak de 40kva, para o Centro de Processamento de Dados Universidade Federal de Santa Maria, com entrega na Rua Floriano Peixoto, 1184, Sala 06 (antiga reitoria UFSM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade
1	Fornecimento, instalação, teste, startup e garantia de SISTEMA DE ENERGIA ININTERRUPTA (UPS/NO-BREAK), 40kva , COM SEU RESPECTIVO BANCO DE BATERIAS; on-line dupla conversão constituído de um gabinete para UPS com dual input (entrada de rede/retificador e bypass independente). O módulo deve ser constituído por um sistema No-Break completo (Inversor – Retificador – Carregador – by-pass), de forma a eliminar pontos de falha comuns, para o datacenter secundário do CPD, situado em Santa Maria – RS (bairro centro).	Unidade	1

1.2. O objeto da presente contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto n.º 10.024/2019, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

1.3. As respectivas descrições detalhadas do item são as discriminadas no Anexo 1 (ANEXO 1 - DESCRIÇÃO DO NOBREAK 40KVA).

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução o de menor preço unitário.

1.5. Deverá ser utilizado o Sistema de Registro de Preços (SRP), com Ata válida por 9 meses, prorrogável até 12 meses, mediante aceite de ambas as partes.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 3 (três) meses para o fornecimento, instalação e teste dos novos equipamentos previstos nos Anexos 1 e 2, e de mais 36 meses para a garantia prevista no Anexo 1.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Contextualização e Justificativa da Contratação

2.1.1 Atualmente, a UFSM, Campus Sede, possui um ambiente primário, Datacenter localizado no Centro de Processamento de Dados - Campus Sede em Camobi, com os equipamentos institucionais responsáveis pelos principais serviços e sistemas de Tecnologia da Informação disponibilizados a comunidade acadêmica da UFSM, e outro ambiente secundário, em fase de implantação, em sala localizada na Antiga Reitoria - Centro.

2.1.2 O ambiente primário é responsável por equipamentos de DataCenter que mantém os sistemas institucionais em funcionamento, assim como distribuem a rede de internet para o Campus Sede. Quanto ao ambiente secundário, ficarão delegadas as funções da REDECOMEP, Rede MetroSM e backup do site institucional.

2.1.3 Em ambos os locais, se faz necessário a utilização de Nobreaks com banco de baterias, como parte de um sistema de fornecimento de energia elétrica ininterrupta, a fim de salvaguardar os equipamentos de possíveis instabilidades na rede elétrica, o que pode causar o desligamento abrupto dos equipamentos, levando a prejuízos consideráveis, tanto financeiros como nos serviços. No ano de 2022, foi realizada licitação para aquisição de novos nobreaks para estes espaços (<https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/demapa/editais/229-2022>), no entanto, não houve sucesso na contratação do nobreak de 40kva para o espaço da Antiga Reitoria, visto que a maioria dos fornecedores não atingiu o preço máximo, e, os que aceitaram negociar, não atendiam a necessidade por completo.

2.1.4 Levantamento realizado pela equipe técnica mensurou carga planejada de 37,8 KVA para o ambiente secundário.

2.1.5 O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da UFSM em vigência, alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), prevê em seus objetivos a “Modernização e adequação da Infraestrutura de TIC”.

2.1.6 A fim de evitar possíveis sinistros com equipamentos de alto valor devido a falta de proteção nas linhas de energia, de atender as metas e objetivos do PDTI e PDI assim como necessidades energéticas atuais, de evitar paralisações nos serviços devido a manutenção dos equipamentos, se faz necessária a contratação/aquisição de novo Nobreak com banco de baterias e garantia para o CPD/UFSM.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Visando a possibilidade de aquisição durante o ano de 2023, visto o alto custo do equipamento e a incerteza sobre as possibilidades orçamentárias, a solução escolhida para atendimento das da



necessidade apresentada no item 2 foi a abertura de Registro de preços, válido por 9 meses, prorrogável por mais 3 meses, com o seguinte item:

3.1.1 Item 1: 1 unidade de nobreak 40kva, com instalação e garantia de 36 meses, conforme descrição apresentada no item ANEXO 1 - DESCRIÇÃO DO NOBREAK 40KVA;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Indispensável que os equipamentos sejam de boa qualidade atendam aos requisitos técnicos mínimos descritos no Anexo 1, visto que estes produtos atendem demanda contínua e crítica de energia elétrica:

4.2 Da entrega e instalação:

4.2.1 Entrega e instalação DO ITEM 1 deverá ser realizada no endereço Rua Floriano Peixoto, 1184, Sala 06 (antiga reitoria UFSM), em andar térreo, mediante agendamento.

4.3 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail compras.tic@ufsm.br.

4.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o 3º dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.4.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.7 A licitante vencedora poderá apresentar, caso julgue necessário, projeto das adequações elétricas e de engenharia civil necessárias para instalação dos equipamentos.

4.8 Deverá ser permitida a subcontratação, limitada à instalação e/ou manutenção específica nos equipamentos nobreaks, mediante aprovação do Contratante.

4.9 Requisitos legais da contratação a serem observados:

4.9.1 **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993** - que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

4.9.2 **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002** - que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

4.9.3 **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990** - Código de Defesa do Consumidor

4.9.4 **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013** - regulamenta o Sistema de Registros de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.9.5 **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019** - que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, âmbito da administração pública federal.

4.9.6 **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021** - dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisições de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.9.7 **Norma regulamentadora Nº 10** - Segurança em instalações e serviços em eletricidade.

4.9.8 **Norma regulamentadora Nº 06** - Equipamento de proteção individual.

4.9.9 **NBR 15014** - Define os termos e definições para sistemas de alimentação ininterrupta que utilizam bateria como fonte de energia armazenada.

4.10 Requisitos de segurança da informação:

4.10.1. Os equipamentos e possíveis serviços envolvidos nesta contratação devem estar de acordo com a Política de Segurança da Informação e Comunicações da UFSM, disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/regulamento-da-politica-de-seguranca-da-informacao-e-comunicacoes-posic-2013/>

5. DEVERES DA CONTRATADA

5.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, em sua proposta e no Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda:

5.2 Apresentar, antes do início dos serviços, as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) referentes à execução do objeto contratual registrada em nome do(s) profissional(is) por ela indicado(s) para assumir tal responsabilidade, sendo imprescindível a comprovação da respectiva capacitação dos profissionais responsáveis pela execução;



5.3 Indicar preposto e respectivos contatos para representá-la durante a execução do Contrato;

5.4 Efetuar a entrega do objeto (equipamentos) em perfeitas condições, conforme especificações, obedecendo às recomendações dos fabricantes, no prazo e no local designados;

5.5 Proceder à instalação e configuração do equipamento, com o treinamento necessário aos funcionários indicados pelo **Contratante**;

5.6 Responder, única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto contratado;

5.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.8 Emitir relatório detalhado e evidências de todos os serviços prestados;

5.9 Prestar garantia do equipamento fornecido, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, além das garantias legais;

5.10 Prestar o serviço de manutenção preventiva e corretiva do equipamento, conforme estipulado no Anexo 1, disponibilizando canal para a chamada, em caso de problemas com o equipamento;

5.11 Durante o prazo de garantia do fornecedor, caso o produto ou equipamento fornecido apresente defeito, vício ou incorreção, responsabilizar-se pelo recolhimento imediato do mesmo para análise e procedimentos de assistência técnica, bem como pela sua devolução, após os devidos reparos, sendo que, neste intervalo, deverá disponibilizar equipamento em pleno funcionamento, para satisfazer as necessidades do Contratante;

5.12 Substituir, dentro do prazo de garantia, as peças quebradas, com defeito ou gastas pelo uso normal, por outras de configurações idênticas ou superiores às originais ou novas, sem que isto implique em acréscimo de preços contratados, obrigando-se a colocar o equipamento em perfeito estado de uso, de acordo com prazo e condições estabelecidas;

5.13 Se ocorrem 3(três) ou mais defeitos que comprometam o uso normal do equipamento ou caso a soma dos tempos de paralisação dos equipamentos (por defeito de hardware) ultrapassar 80(oitenta horas), dentro do período de 30(trinta) dias, em 5 (cinco) dias, deverá ser substituído o equipamento já instalado por um novo e, no fim do prazo de 30(trinta) dias, a substituição do equipamento será definitiva, a critério do Contratante;

5.14 Emitir nota fiscal detalhada com a discriminação do produto fornecido com os respectivos números de série, somente após o recebimento definitivo do mesmo, contendo CNPJ da empresa contratada;

5.15 Manter-se, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,

e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. DEVERES DA CONTRATANTE

6.1 Designar fiscais e gestor para o Contrato, com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais;

6.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de funcionário designado;

6.3 Verificar, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido e os serviços prestados provisoriamente com as especificações e condições constantes do Edital, da proposta e do Contrato, para fins de aceitação e recebimento provisório;

6.4 Verificar, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido e os serviços prestados provisoriamente com as especificações e condições constantes do Edital, da proposta e do Contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.5 Efetuar chamada telefônica, a cobrar ou 0800, ou por e-mail, website ou chat da Contratada, no caso de ocorrerem problemas com o equipamento;

6.6 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, conforme explicitado na garantia;

6.7 Fiscalizar a execução dos serviços, por intermédio de colaboradores de sua equipe técnica;

6.8 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos, exigindo a apresentação de Nota Fiscal e o atendimento de providências necessárias ao fiel desempenho das obrigações mencionadas;

6.9 Promover a aplicação de sanções, quando couber, conforme previsto em contrato.

7. DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1 Para garantia da boa execução dos termos deste Contrato e pagamento de eventuais multas, à CONTRATADA cauciona a importância de 1% do valor do contrato.

8. SANÇÕES:

8.1 Pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades serão aplicadas, cumulativamente ou não:



8.1.1 Advertência;

8.1.2 Multa, nos seguintes termos:

8.1.2.1 Pelo atraso no fornecimento dos equipamentos: 0,2% (dois décimos por cento) da parcela em atraso, por dia decorrido, até o limite de 9% (nove por cento).

8.1.2.2 Pelo atraso no cumprimento do prazo máximo para execução do objeto contratado: 0,3% (três décimos por cento) do valor contratado, por dia decorrido, até o limite de 9% (nove por cento). O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias poderá caracterizar a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério do Contratante.

8.1.2.3 Pelo atraso no cumprimento de prazos / marcos intermediários dos serviços, na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, ou atraso no atendimento de quaisquer prazos definidos para prestação de garantia / assistência técnica, em relação à parcela em atraso: 0,1% (um décimo por cento) do valor contratado, por dia decorrido, até o limite de 9% (nove por cento).

8.1.2.4 Pelo atraso na prestação da garantia contratual 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia decorrido, até o limite de 2,0% (dois por cento).

8.1.2.5 Pela inexecução total ou parcial do objeto: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

8.1.2.6 Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93 ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: até 0,1% (um décimo por cento) do valor contratado, para cada evento, que será dobrada em caso de reincidência.

8.1.2.7 Impedimento de licitar e contratar com a União, e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante que, convocado no prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

9. ENTREGA E PAGAMENTO

9.1 Os equipamentos entregues e serviços executados pela Contratada serão recebidos, em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 e modificações posteriores, da seguinte forma:

9.1.1 PROVISORIAMENTE, pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado

pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado informando a efetiva entrega dos itens e conclusão da instalação.

9.1.2 A emissão do termo de recebimento provisório tem como pré-requisito obrigatório a correta execução do objeto contratado, em conformidade com as especificações deste termo de referência. A Contratada deverá apresentar para fins de recebimento provisório os seguintes documentos:

- Relatório completo do start up do sistema.
- Certificados de garantia dos equipamentos, devidamente preenchidos e assinados.
- Manuais em português, em formato digital e/ou impresso.
- Fornecimento de toda a documentação técnica necessária para a instalação, configuração, operação e verificação das propostas.
- Acessórios necessários (Cabos de energia, de comunicação, etc.).

9.1.3 Quaisquer incompatibilidades na execução do objeto contratado deverão ser sanadas por conta e ônus da Contratada, sob pena da não emissão do termo de recebimento provisório, bem como da possibilidade de sofrer aplicação de sanção correspondente à inexecução parcial ou total do contrato;

9.1.4 DEFINITIVAMENTE, pelos FISCAIS e GESTOR do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias contados a partir do recebimento provisório, após o decurso do prazo de observação, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

9.2 Caso não tenham sido atendidas as condições técnicas de fornecimento e instalação dos itens, bem como se houver divergência entre os equipamentos indicados na proposta e os entregues, será lavrado Termo de Recusa, no qual serão apontadas as falhas constatadas e consignado prazo de até 10 (dez) dias corridos para regularização das desconformidades antes verificadas. A Contratada deverá, às suas expensas, recolher e substituir o(s) equipamento(s) rejeitado(s), bem como retificar os serviços não recebidos.

9.3 O prazo para regularização das desconformidades não suspenderá ou interromperá a multa por atraso prevista no instrumento convocatório.

9.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pelas leis pertinentes e pelo instrumento contratual.

9.5 O recebimento do equipamento e sua instalação podem, excepcionalmente, no estrito interesse da Administração e de acordo com a sua conveniência, serem realizados em momentos diferentes, desde que devidamente justificado e autorizado pela Fiscalização.

9.6 O pagamento será encaminhado em parcela única para cada unidade, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 Tipo e modalidade da licitação:

10.1.1 A licitação deverá ser executada na modalidade Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preços, visto serem equipamentos considerados Bens Comuns.

10.1.2 A licitação será composta por 1 ITEM.

10.1.3 O julgamento das propostas se dará pelo menor preço unitário da contratação, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilidade de buscar propostas mais vantajosas para a Instituição.

10.2 Critérios de seleção do fornecedor

10.2.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

10.2.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

10.2.3. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

10.2.3.1 Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) da sede da empresa.

10.2.3.2 Devem ser apresentados à Fiscalização, com no mínimo 2 dias úteis de antecedência das atividades de instalação, os certificados válidos dos cursos de NR 10 para todos os trabalhadores que estiverem expostos aos riscos elétricos.

10.2.3.3 DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PRÉVIO, emitida pela Licitante e devidamente assinada por seu representante legal, declarando que teve conhecimento prévio de todas as informações, peculiaridades e das condições de prestação dos serviços, por meio de estudo e análise deste Termo de Referência, das especificações técnicas e dos demais dados pertinentes fornecidos pela UFSM ou obtido in loco, conforme modelo do ANEXO 2 - ANEXO 2 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PRÉVIO E GARANTIA DISPONIBILIDADE;

10.2.3.4 DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DE EMPRESA CREDENCIADA / AUTORIZADA PELO

FABRICANTE, declaração da Licitante, devidamente assinada por seu representante legal, de que teve conhecimento prévio de que os serviços de instalação de equipamentos nobreak, deverão ser realizados exclusivamente por empresa na condição de instaladora credenciada ou autorizada pelo fabricante dos equipamentos e com aptidão comprovada nos termos do Termo de Referência e anexos (conforme modelo do ANEXO 3 - ANEXO 3 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS)

10.2.3.5 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL: Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando o Fornecimento e instalação de sistema trifásico de energia ininterrupta (nobreak) com capacidade total igual ou superior a 30kva, em um único contrato (item 1). O atestado deverá conter, pelo menos, as seguintes informações: Empresa Contratante e dados do contrato; Características técnicas básicas dos equipamentos

10.2.3.6 Deverá ser informada no site de compras eletrônicas, descrição resumida do produto, incluindo obrigatoriamente, Marca, Modelo, Fabricante, Fornecedor (mesmo se for igual ao fabricante), Origem (nacional/importado), Autonomia (obrigatório citar para qual carga é a autonomia apresentada). (Não serão aceitas cópias do objeto desta licitação).

10.2.3.7 Para comprovação da autonomia apresentada do banco de baterias, a CONTRATADA deverá apresentar **documentação técnica demonstrando os cálculos completos para atender ao solicitado neste edital, devendo ainda atender aos dados técnicos estabelecidos para a bateria. Deverá ser enviado em conjunto com a proposta comercial.**

10.2.3.8 Serão aceitas ofertas de qualquer componente de especificação diferente da solicitada, desde que comprovadamente IGUALE OU SUPERE, individualmente, a qualidade, o desempenho, a operacionalidade, a ergonomia ou a facilidade no manuseio do originalmente especificado – conforme o caso, e desde que não cause, direta ou indiretamente, incompatibilidade com qualquer das demais especificações, ou desvantagem nestes mesmos atributos dos demais componentes ofertados.

10.2.3.9 O fornecedor/fabricante deverá GARANTIR A OFERTA DE PEÇAS SOBRESSALENTE para o equipamento ofertado na licitação em por período mínimo de 05 anos, a partir da emissão da Termo de Recebimento Definitivo, de forma a garantir a disponibilidade de peças de reposição neste interstício, nos termos do modelo do ANEXO 2 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PRÉVIO E GARANTIA DISPONIBILIDADE

10.2.3.10 Fica ressalvado que a descrição do produto a ser ofertado deverá ser a especificação peculiar da marca do equipamento, não da transcrição fiel das especificações descritas no presente edital, sujeito a desclassificação quando da cópia do edital.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da UFSM deste exercício e do próximo, caso haja disponibilidade, com dotação a ser especificada no momento da aquisição.